



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

GEOGRAFIA E DIREITOS HUMANOS NA FAIXA DE FRONTEIRA: políticas públicas territoriais e suas escalas de gestão nos municípios fronteiriços de Rondônia

Amanda Michalski da Silva¹
michalski03geo@gmail.com

Luciana Riça Mourão Borges²
luciana.borges@unir.br

(x) Apresentação Oral (GT)

() Exposição de Banner

GT pretendido: GT 04 – Cidadania, Políticas Públicas Territoriais e suas Escalas de Gestão

RESUMO

A faixa de fronteira do estado de Rondônia constitui um espaço estratégico da Amazônia brasileira, marcada por intensas disputas territoriais e pela atuação desigual das políticas públicas em múltiplas escalas de gestão. Mais de 50% do território estadual encontra-se inserido nessa faixa, abrangendo 27 municípios, dos quais nove fazem fronteira internacional com a Bolívia. O presente trabalho analisa os rebatimentos territoriais das políticas públicas sociais e territoriais nesses municípios, à luz da Geografia dos Direitos Humanos, no período de 1970 a 2024. Parte-se da compreensão de que a expansão da fronteira agrohidromineral, associada a projetos desenvolvimentistas, produziu profundas reconfigurações territoriais, intensificando conflitos socioambientais e violações de direitos humanos fundamentais, especialmente em territórios tradicionalmente ocupados. A metodologia adota abordagem qualiquantitativa, fundamentada no materialismo histórico-dialético, articulando revisão bibliográfica, análise documental, dados geoestatísticos oficiais, cartografia temática e trabalhos de campo. Os resultados evidenciam a fragmentação das políticas públicas territoriais e a sobreposição de escalas decisórias, apontando para a necessidade de políticas integradas, multiescalares e territorialmente referenciadas para a promoção da cidadania na fronteira amazônica.

Palavras-chave: Faixa de fronteira; Políticas públicas territoriais; Cidadania; Direitos humanos; Rondônia.

INTRODUÇÃO

A faixa de fronteira brasileira tem sido historicamente concebida como espaço estratégico para a soberania nacional e para a expansão econômica, sendo alvo de políticas territoriais orientadas por interesses geopolíticos e desenvolvimentistas expansionistas. No estado de Rondônia, essa condição assume centralidade, uma vez que mais da metade do território estadual encontra-se inserida na faixa de

¹ Geógrafa, Mestra em Geografia e Doutoranda em Geografia pela Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho-Rondônia.

² Geografia, Doutora em Geografia Humana, Fundação Universidade Federal de Rondônia, Porto Velho-Rondônia.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
[@vcongéo2026](https://www.instagram.com/vcongéo2026)
[vcongeo2026.unir.br](https://www.facebook.com/vcongéo2026.unir.br)
www.even3.com.br/vcongéo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

fronteira internacional, concentrando extensas áreas protegidas, Terras Indígenas, territórios quilombolas e Unidades de Conservação. A partir disso, desde a década de 1970, políticas públicas de integração territorial, colonização dirigida e expansão da infraestrutura promoveram profundas transformações socioespaciais, reconfigurando as dinâmicas de uso e apropriação do território.

Essas políticas operam em diferentes escalas de gestão, sendo elas federal, estadual e municipal, que frequentemente de forma desarticulada, acabam por produzir um ordenamento territorial fragmentado e intensificam conflitos fundiários e socioambientais. Nesse contexto, a cidadania e os direitos humanos tornam-se profundamente territorializados, condicionados tanto à capacidade institucional do Estado quanto à mobilização sociopolítica de comunidades tradicionais e povos indígenas. Este trabalho tem como objetivo analisar os rebatimentos territoriais das políticas públicas territoriais nos municípios fronteiriços de Rondônia, enfatizando as escalas de gestão e seus impactos sobre a efetivação da cidadania.

METODOLOGIA

A pesquisa adota abordagem quali-quantitativa, fundamentada no método do materialismo histórico-dialético, compreendendo o espaço geográfico como produto histórico das relações sociais e das disputas entre distintos projetos de território. O percurso metodológico inclui revisão bibliográfica sobre fronteira, políticas públicas territoriais, gestão ambiental, cidadania e direitos humanos; análise documental de políticas públicas formuladas e implementadas nas escalas federal, estadual e municipal; levantamento de dados geoestatísticos junto a instituições oficiais, como IBGE, INPE e INCRA; análise de imagens de satélite; e trabalhos de campo realizados em municípios da faixa de fronteira.

A cartografia temática constitui instrumento central da análise, permitindo a espacialização das áreas protegidas, dos municípios fronteiriços e das pressões territoriais em curso.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Os resultados evidenciam que os municípios da faixa de fronteira rondoniense concentram múltiplas territorialidades em disputa, resultantes da sobreposição entre áreas protegidas, territórios tradicionalmente ocupados e frentes de expansão do agrohidromineral-negócio. Esse processo expressa a materialização espacial de projetos territoriais conflitantes, conforme discutido por Becker (2007) e Silva (2015), nos quais a lógica da expansão do capital redefine usos, funções e significados do território amazônico.

A partir disso, podemos observar a análise cartográfica da Figura 01, que permite visualizar a distribuição dos municípios inseridos na faixa de fronteira em Rondônia e sua relação direta com áreas de alta sensibilidade socioambiental. Portanto, o mapa evidencia que grande parte desses municípios se localizam na porção oeste e sudoeste do estado, regiões historicamente marcadas pela presença

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



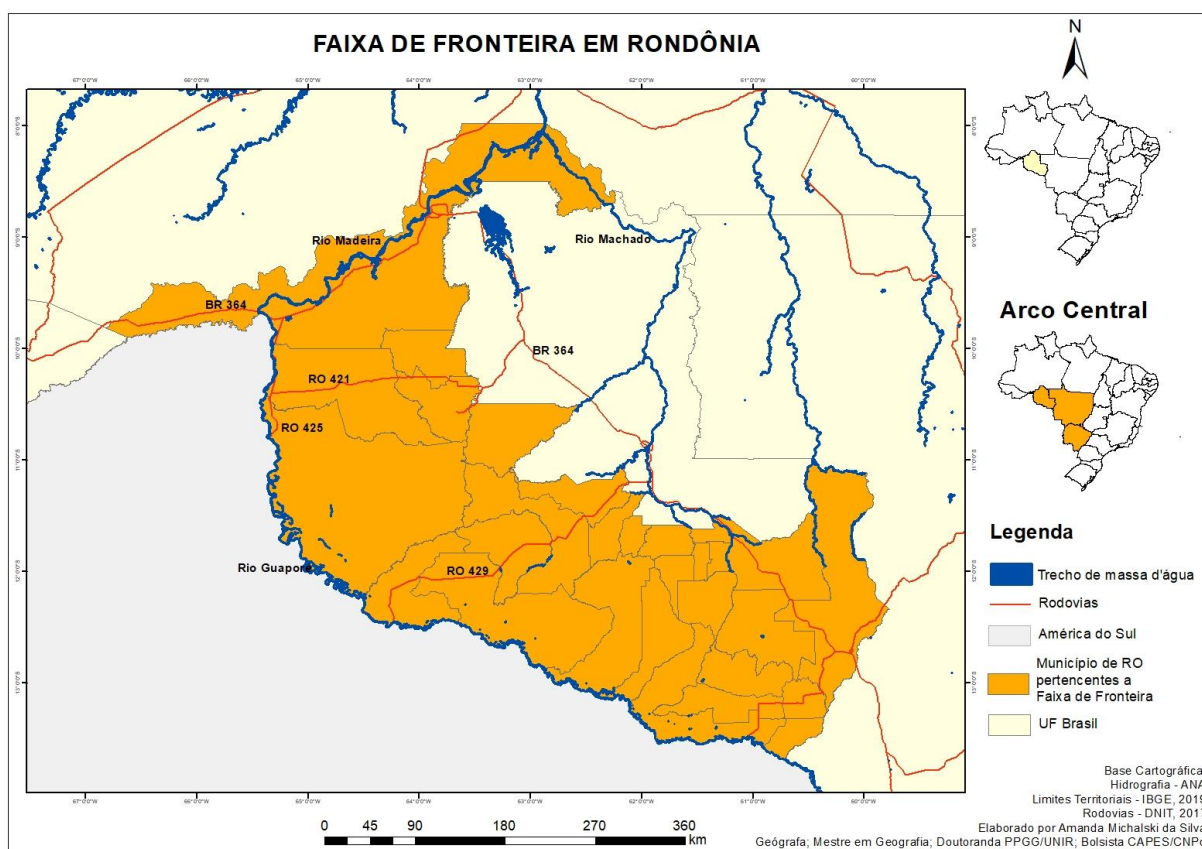
V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

de extensas áreas protegidas e, simultaneamente, por intensos processos de avanço da fronteira agropecuária, da exploração madeireira, grilagem e da apropriação privada da terra. Tal configuração reforça a leitura do território como resultado da interação entre sistemas de objetos e sistemas de ações, conforme proposto por Santos (2014), evidenciando a seletividade da ação estatal sobre o espaço

Figura 01: Mapa da faixa de Fronteira do Estado de Rondônia



Fonte: Elaboração própria, 2026.

Diante do exposto, a leitura cartográfica da Figura 1 também permite situar os municípios da faixa de fronteira rondoniense no contexto mais amplo do Arco Central da Amazônia, área caracterizada pela intensificação recente das frentes de expansão do agronegócio, da exploração madeireira e da apropriação privada da terra.

Diferentemente do Arco do Desmatamento clássico, historicamente associado ao sudeste da Amazônia, o Arco Central expressa uma nova etapa da expansão da fronteira, marcada pela interiorização dos processos de ocupação e pela incorporação de territórios anteriormente protegidos ou considerados marginais à dinâmica do capital. Esse movimento corresponde ao que Becker (2007) define como reestruturação da fronteira amazônica, associada a novas estratégias geopolíticas e econômicas de integração territorial.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

[@vcongeo2026](https://www.instagram.com/vcongeo2026)

[vcongeo2026.unir.br](https://www.vcongeo2026.unir.br)

www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

Nesse contexto, Rondônia ocupa posição estratégica no Arco Central, funcionando como território de articulação entre antigas frentes de colonização agrícola e novas áreas de avanço do agrohidromineral-negócio. Os municípios fronteiriços inseridos nesse arco revelam uma combinação particular de pressões territoriais: de um lado, a consolidação de sistemas técnicos e logísticos voltados à produção de *commodities*; de outro, a presença significativa de Terras Indígenas, territórios quilombolas, extrativistas e Unidades de Conservação, que passam a ser alvo de disputas intensificadas. Essa condição confirma a interpretação de Silva (2015) sobre Rondônia como espaço estratégico da expansão recente do agronegócio na Amazônia.

Segundo Borges (2018), tal assimetria entre políticas de fomento econômico e políticas de proteção territorial expressa a contradição estrutural da atuação estatal na Amazônia. Dessa maneira, a análise dos resultados indica que o Arco Central se configura como espaço onde as contradições das políticas públicas territoriais tornam-se mais evidentes. A partir disso, as políticas de integração e desenvolvimento, formuladas majoritariamente em escala federal, priorizam a fluidez territorial e a inserção desses espaços nas cadeias globais de produção, enquanto as políticas socioambientais e de proteção territorial desarticuladas, apresentam baixa capacidade de contenção dos impactos gerados. Portanto, essa assimetria entre políticas de fomento econômico e políticas de garantia de direitos aprofunda a fragmentação da gestão territorial e contribui para a ampliação dos conflitos socioambientais.

Além disso, ao situar a faixa de fronteira rondoniense no interior do Arco Central da Amazônia, torna-se possível compreender que os rebatimentos territoriais observados não são fenômenos isolados ou localizados, mas parte de um processo regional mais amplo de reordenamento territorial. Essa leitura dialoga com a abordagem de Martins (2009), ao evidenciar a fronteira como espaço de degradação do outro e de negação sistemática de direitos, com isso, tal processo redefine o papel do Estado, fragiliza instrumentos de ordenamento territorial e subordina a efetivação da cidadania às dinâmicas do capital, intensificando vulnerabilidades sociais e ambientais nos municípios fronteiriços.

Conforme Santos (2014), a ausência de uma racionalidade territorial integradora resulta em políticas fragmentadas e incapazes de responder às complexidades do espaço vivido, sob esse viés, essa leitura regional reforça a necessidade de políticas públicas territoriais articuladas, capazes de considerar as especificidades do Arco Central e de integrar escalas de gestão, sob pena de aprofundar a seletividade da cidadania e a violação de direitos humanos na fronteira amazônica. Dessa maneira, a atuação das políticas públicas territoriais revela descompassos entre formulação, implementação e efetividade, uma vez que, embora muitas diretrizes sejam definidas em escala federal, temos assim um quadro institucional que corrobora com as análises de Borges (2018) sobre a fragmentação da governança territorial na Amazônia. Diante deste cenário, a execução dessas políticas depende das capacidades institucionais estaduais e municipais, que

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

[@vcongeo2026](https://www.instagram.com/vcongeo2026)

[vcongeo2026.unir.br](https://www.vcongeo2026.unir.br)

www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

frequentemente, infelizmente, demonstram-se sendo limitadas. Ademais, esse cenário compromete a efetividade das políticas sociais e territoriais, reforçando desigualdades socioespaciais, além de diversas vulnerabilidades.

Com o objetivo de sistematizar essas relações e evidenciar os diferentes rebatimentos territoriais conforme as escalas de gestão, o Quadro 01 sintetiza as principais políticas públicas territoriais, os níveis de atuação do Estado e seus efeitos observados na faixa de fronteira de Rondônia.

Quadro 1 – Políticas públicas territoriais, escalas de gestão e rebatimentos na faixa de fronteira de Rondônia

Escala de gestão	Principais políticas e instrumentos	Rebatimentos territoriais observados
Federal	Políticas de integração territorial; grandes projetos de infraestrutura (rodovias, hidrelétricas); política ambiental e fundiária; diretrizes nacionais de desenvolvimento	Expansão da fronteira agrohidromineral; intensificação da pressão sobre Terras Indígenas, territórios quilombolas e Unidades de Conservação; aumento dos conflitos fundiários e socioambientais
Estadual	Zoneamento Socioeconômico-Ecológico (ZSEE); políticas ambientais estaduais; programas de desenvolvimento regional	Aplicação seletiva do ordenamento territorial; fragilização dos instrumentos de proteção ambiental; atuação ambígua entre preservação e incentivo à expansão do agronegócio
Municipal	Políticas sociais básicas; uso e ocupação do solo; serviços públicos (saúde, educação, assistência social)	Baixa capacidade institucional; precariedade na oferta de serviços públicos; dependência de políticas federais; dificuldades na mediação de conflitos territoriais

Fonte: Elaboração própria, 2026.

A leitura integrada do quadro evidencia que a gestão territorial na faixa de fronteira opera de forma desarticulada, reforçando a seletividade da cidadania e a fragilidade da proteção dos direitos humanos. Ao mesmo tempo, observa-se a emergência de estratégias de resistência e participação social, por meio de instâncias de deliberação participativa e mobilização coletiva.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise dos rebatimentos territoriais das políticas públicas nos municípios fronteiriços de Rondônia evidencia que a faixa de fronteira é um espaço marcado por disputas permanentes e profundas contradições. Nesse território, a garantia da cidadania e dos direitos humanos costuma ceder lugar à lógica dos interesses econômicos hegemônicos, que orientam grande parte das decisões sobre o uso e a ocupação do espaço. Em suma, a falta de articulação entre as diferentes escalas de gestão compromete a efetividade das políticas públicas territoriais e acaba por aprofundar desigualdades socioespaciais e ambientais já historicamente consolidadas.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

[@vcongéo2026](https://www.instagram.com/vcongéo2026)

[vcongeo2026.unir.br](https://www.vcongéo2026.unir.br)

www.even3.com.br/vcongéo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

Diante desse cenário, torna-se evidente que a promoção da cidadania na fronteira amazônica depende da construção de políticas públicas integradas, capazes de dialogar entre as escalas local, estadual e federal. Dessa forma, essas políticas precisam estar ancoradas no território vivido, reconhecendo e fortalecendo as territorialidades tradicionais, ao mesmo tempo em que articulam gestão territorial, participação social e a efetiva garantia dos direitos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BECKER, B. **Amazônia: geopolítica na virada do III milênio**. 2. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- BORGES, L. R. M. **Políticas territoriais e o setor elétrico no Brasil: análise dos efeitos da construção de hidrelétricas na Amazônia pelo Programa de Aceleração do Crescimento no período de 2007 a 2014**. 2018. Tese (Doutorado em Geografia Humana) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.
- MARTINS, J. S. **Fronteira: a degradação do outro nos confins do mundo**. São Paulo: Contexto, 2009.
- SANTOS, M. **A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção**. São Paulo: EdUSP, 2014.
- SILVA, R. G da C. **Amazônia globalizada: da fronteira agrícola ao território do agronegócio – o exemplo de Rondônia**. Confins, 2015.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/